

Juiz proíbe carreata organizada em Parnaíba a favor da abertura do comércio

18/04/20, 15:20

O juiz Heliomar Rios Ferreira, da 4ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba, em designação pela presidência do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), proibiu carreata em Parnaíba, que aconteceria na tarde deste sábado (18), pela reabertura do comércio durante a pandemia do novo coronavírus. [\(veja a decisão\)](#)

No banner que convocava para mobilização tinha o seguinte texto nas cores verde e amarelo: "Pela reabertura do comércio atendendo as restrições e orientações de segurança assim como o último pronunciamento presidencial" .

Na decisão, o juiz atendeu a um pedido formulado pelo Ministério Público do Estado do Piauí e estendeu ainda a proibição para quaisquer outros atos de aglomeração enquanto durarem as medidas restritivas à formação de aglomeração de pessoas impostas pelos governos federal e estadual.

A decisão estabelece multa diária de R\$ 5 mil, em caso de descumprimento, e autoriza o uso necessário, adequado e ponderado das forças de segurança para que:

A) Não permitam qualquer forma de aglomeração, eventos, reuniões de qualquer natureza, carreatas, passeatas e/ou atos de concentração de pessoas, no município de Parnaíba/PI e nas cidades que fazem parte de nossa circunscrição, que esteja em desacordo com as normas do Decreto Estadual n.º 18.902, de 19 de março de 2020, como meio de evitar a contaminação pelo COVID-19, INCLUSIVE A DE HOJE (18/04/2020) e as que vierem pela frente;

B) Não permitam qualquer forma de publicidade ou veiculação pública para desmobilização da sociedade ao descumprimento Decreto Estadual n.º 18.902, de 19 de março de 2020;

C) Promovam a identificação dos responsáveis por eventos divulgados, com ato de concentração pública, a fim de que a Polícia Judiciária e o Ministério Público Estadual possam identificar e responsabilizar criminalmente, especialmente considerando os tipos previstos nos artigos 267 e 268 do Código Penal.

SOB ESCOLTA POLICIAL

No início da semana, a juíza Anna Victória Cavalcanti Dias, titular da 4ª Vara Cível de Parnaíba, já havia derrubado por duas vezes o decreto do prefeito Mão Santa que liberava o funcionamento do comércio no município em meio ao isolamento social decretado pelo governo estadual para evitar a disseminação do coronavírus. [Por conta da decisão, a magistrada foi alvo de ataques virtuais](#) e agora está [sob proteção policial](#).

CARREATA NÃO ERA ORGANIZADA PELO PREFEITO, DIZ ASSESSORIA

Por meio de nota, a assessoria da prefeitura de Parnaíba informou que o prefeito Mão Santa não é o organizador, idealizador ou promotor da carreata. A nota diz ainda que o prefeito acatou a decisão da juíza Anna Victoria Cavalcanti Dias que suspendeu a reabertura das atividades comerciais de Parnaíba e que segue todas as recomendações.

"O prefeito Mão Santa assegura que a prefeitura de Parnaíba está adotando todas as medidas preventivas para o enfrentamento ao coronavírus, através de esforços diários de diversas secretarias municipais e de centenas de servidores envolvidos nas ações", encerrou a nota.

19/04/20, 08:15

Juiz no Piauí é alvo de fake news por suposta "milícia digital"; polícia investiga

A Polícia Civil de Valença do Piauí, distante 224 Km de Teresina, foi acionada para investigar a criação e disseminação de *fake news* [notícias falsas] contra o juiz da comarca da cidade, Juscelino Norberto da Silva Neto.

O Boletim de Ocorrência foi registrado na última quinta-feira (16) e o delegado Maycon Braga confirmou ao **Cidadeverde.com** que as investigações estão em fase inicial, mas adianta que será possível identificar quem produziu notícias falsas contra o juiz. “Querem atacar a honra do juiz”, resumiu o delegado.

O juiz Juscelino Norberto prefere não se pronunciar sobre os ataques para não atrapalhar o trabalho da polícia. O presidente da Associação dos Magistrados Piauienses (AMAPI), juiz Leonardo Brasileiro, defende que os ataques são planejados por “milícias digitais” e feitos especialmente através do aplicativo Whatsapp para vincular a imagem do juiz Juscelino a determinado partido político, com o objetivo de colocar em dúvida a sua reputação.

A Amapi reafirma que o juiz Juscelino Norberto não é filiado a nenhum partido político. Além da Polícia Civil, a entidade promete acionar a Polícia Federal, já que o magistrado Juscelino Norberto da também atua como juiz eleitoral.

A Associação ressalta que os ataques são feitos por “milícias digitais” e lembra que a criação de fake News é crime.

“Assim, todos os órgãos competentes já estão diligenciando no sentido de apuração imediata e devida dos fatos criminosos, para o esclarecimento dos ataques e para a punição dos responsáveis por essas verdadeiras milícias digitais, que atingem não apenas o magistrado, mas todo o Poder Judiciário do Estado do Piauí. A Amapi frisa, por oportuno, que criar, disseminar e compartilhar fake news é crime! Por fim, ressalta que os magistrados do Piauí não se curvarão às ameaças de quem apenas pretende macular e manchar a imagem da Justiça, simplesmente por se sentirem contrariados com uma eventual decisão judicial”, destaca a nota assinada pelo juiz Leonardo Brasileiro.

Veja nota na íntegra

Em virtude da disseminação de mentiras (fake news) contra o Juiz Juscelino Norberto da Silva Neto, da Comarca de Valença do Piauí, especialmente no

aplicativo de mensagens WhatsApp, a Associação dos Magistrados Piauienses, para o bem da verdade e fiel esclarecimento da sociedade, vem a público esclarecer: O Juiz Juscelino Norberto da Silva Neto conta com total e irrestrito apoio da AMAPI, que manifesta seu mais veemente repúdio ao comportamento de pessoas que insistem em divulgar e repassar mensagens falsas, aproveitando-se do acirramento político para atingir a honra do Magistrado e confundir ainda mais a população. A AMAPI já acionou a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, bem como acionará a Polícia Federal, visto que o Magistrado Juscelino Norberto da Silva Neto também atua como juiz eleitoral. Assim, todos os órgãos competentes já estão diligenciando no sentido de apuração imediata e devida dos fatos criminosos, para o esclarecimento dos ataques e para a punição dos responsáveis por essas verdadeiras milícias digitais, que atingem não apenas o Magistrado, mas todo o Poder Judiciário do Estado do Piauí. São ataques planejados que vinculam a imagem do Juiz Juscelino a determinado partido político e visam colocar em dúvida a sua reputação, o qual não é vinculado, muito menos filiado, a qualquer agremiação partidária, atos vedados ao exercício do cargo de Magistrado, conforme Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A AMAPI reforça que tal fato calunioso servirá de base para o requerimento de medidas judiciais para salvaguarda da honra do associado. A AMAPI frisa, por oportuno, que criar, disseminar e compartilhar Fake News é crime! Por fim, ressalta que os Magistrados do Piauí não se curvarão às ameaças de quem apenas pretende macular e manchar a imagem da Justiça, simplesmente por se sentirem contrariados com uma eventual decisão judicial.

Leonardo Brasileiro-Presidente da AMAPI

Justiça proíbe carreata pela reabertura do comércio em Parnaíba

A decisão foi proferida pelo juiz Heliomar Rios Ferreira, da 4ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

18/04/2020 15:43h

O juiz Heliomar Rios Ferreira, da 4ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba, proibiu a realização da carreata em defesa da reabertura do comércio no município de Parnaíba, marcada para a tarde deste sábado (18). O magistrado deferiu liminar em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Piauí.

Na decisão, proferida neste sábado, o juiz determinou a proibição de qualquer evento que promova aglomeração de pessoas no município enquanto o decreto de calamidade pública imposto pelo Governo do Estado por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) estiver em vigor.

O magistrado também vetou qualquer “forma publicidade ou veiculação pública para desmobilização da sociedade ao descumprir ao Decreto Estadual”.

Ainda na decisão, Heliomar Rios Ferreira determina que sejam identificados os responsáveis por eventos divulgados, com ato de concentração pública, a fim de que os mesmos possam ser responsabilizados, considerando os tipos penais previstos nos artigos 267 e 268 do Código Penal.

O magistrado notificou o comando da Guarda Municipal de Parnaíba, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal para o cumprimento da decisão da Justiça.

Em 5 dias, 2 juízes do PI são ameaçados e vítimas de ataques virtuais

Em cinco dias, o presidente da Associação dos Magistrados do Piauí (Amapi), Leonardo Brasileiro, foi obrigado a divulgar notas de apoio a dois juízes do Estado, Ana Victoria, da Comarca da Justiça de Parnaíba (345 km de Teresina) e Juscelino Norberto da Silva Neto, da Comarca da Justiça de Valença do Piauí (224 km de Teresina), ameaçados e atacados nss redes sociais com fake news por causa de suas decisões judiciais.

Leonardo Brasileiro disse que em virtude da disseminação de mentiras (fake news) contra o juiz Juscelino Norberto da Silva Neto, da Comarca de Valença do Piauí, especialmente no aplicativo de mensagens WhatsApp, a Associação dos Magistrados Piauienses, para o bem da verdade e fiel esclarecimento da sociedade, reafirma com total e irrestrito apoio da AMAPI, que manifesta seu mais veemente repúdio ao comportamento de pessoas que insistem em divulgar e repassar mensagens falsas, aproveitando-se do acirramento político para atingir a honra do juiz e confundir ainda mais a população.

Leonardo Brasileiro afirmou que a Amapi acionou a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí, bem como acionará a Polícia Federal, visto que o magistrado Juscelino Norberto da Silva Neto também atua como juiz eleitoral para apurar sobre quem são os responsáveis pelos ataques virtuais.

"Assim, todos os órgãos competentes já estão diligenciando no sentido de apuração imediata e devida dos fatos criminosos, para o esclarecimento dos ataques e para a punição dos responsáveis por essas verdadeiras milícias digitais, que atingem não apenas o magistrado, mas todo o Poder Judiciário do Estado do Piauí. São ataques planejados que vinculam a imagem do juiz Juscelino a determinado partido político e visam colocar em dúvida a sua reputação, o qual não é vinculado, muito menos filiado, a qualquer agremiação partidária, atos vedados ao exercício do cargo de magistrado, conforme Lei Orgânica da

Magistratura Nacional. A AMAPI reforça que tal fato calunioso servirá de base para o requerimento de medidas judiciais para salvaguarda da honra do associado. A AMAPI frisa, por oportuno, que criar, disseminar e compartilhar fake news é crime", afirma a nota divulgada pelo presidente Leonardo Brasileiro.

Ele falou que os magistrados do Piauí não se curvarão às ameaças de quem apenas pretende macular e manchar a imagem da Justiça, simplesmente por se sentirem contrariados com uma eventual decisão judicial

O delegado de Valença do Piauí, Maycon Braga, informou que foi feito Boletim de Ocorrência (BO) sobre os ataques virtuais e ameaças ao juiz Juscelino Norberto, as investigações estão em fase inicial e será possível identificar quem produziu notícias falsas contra o magistrado. "Querem atacar a honra do juiz", falou o delegado da Polícia Civil Maycon Braga.